

Boa tarde,

Em nome do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, cumprimento o Presidente da Câmara Municipal, Vereadores, trabalhadores desta autarquia, munícipes e todos os que assistem a esta reunião pública.

Hoje, o que motiva a intervenção do Sindicato nesta Reunião de Câmara é, uma vez mais, criticar o bloqueio negocial em torno da contratação coletiva nas Empresas Municipais de Lisboa em que o STML intervém - EGEAC, GEBALIS e SRU. Uma realidade que afeta cerca de 800 trabalhadores.

A contratação coletiva é um direito legal e constitucional dos trabalhadores, no entanto, nos últimos anos, este tem vindo, reiteradamente, a ser desrespeitado ou mesmo negado pelos respetivos concelhos de administração. Os trabalhadores vêm assim defraudadas as suas expectativas no campo da valorização dos seus salários, rendimentos e direitos.

Por um lado, na EGEAC e na GEBALIS, de há uns anos a esta parte que as administrações, se refugiam nas orientações da tutela, a Câmara Municipal de Lisboa, não respondendo, assim, às justas reivindicações e propostas apresentadas pelos trabalhadores no que diz respeito à negociação anual dos aumentos salariais, prevista nos Acordos de Empresa em vigor.

Estes gestores públicos reproduzem assim, sucessivamente, o mesmo empobrecimento, que os últimos governos aplicaram aos trabalhadores da Função Pública. Impondo, assim, um falso aumento salarial, pois situa-se abaixo da taxa de inflação, não repondo o poder de compra, nem a capacidade para fazer face ao aumento do preço dos bens e serviços essenciais.

Por outro lado, na SRU, a situação nada difere das duas empresas atrás referidas, pois o processo negocial, com vista à celebração de um Acordo de Empresa, arrasta-se há muitos anos. Este, ao que parece, também não é uma prioridade para o atual Concelho de Administração e nem para quem governa a cidade, paralisando por este caminho a valorização salarial dos trabalhadores.

Mais, nesta empresa, a SRU, o STML tem registado, negativamente, comportamentos por parte da administração e de algumas chefias que denotam falta de espírito democrático e práticas que atentam à liberdade sindical. Situações que serão, a todos os níveis, inaceitáveis e que importa pôr termo.

Sr. Presidente e Srs. Vereadores,

Não é aceitável que os trabalhadores das Empresas Municipais continuem a pagar, com a desvalorização dos seus salários e direitos, a fatura das decisões que aqui são tomadas, na Câmara Municipal, única acionista da EGEAC, da GEBALIS e da SRU.

É a Câmara quem nomeia os membros dos respetivos Concelhos de Administração, os mesmos que, perante as mais do que justas reivindicações dos trabalhadores, afirmam não poder ir mais longe no aumento dos salários porque registam um enorme

crescimento da atividade e, conseqüentemente, dos custos associados. Incremento esse imposto pela tutela, e que só é possível responder com a dedicação e motivação dos seus profissionais.

É por isto, e muito mais, que é urgente o Executivo da CML assumir as suas responsabilidades, dando orientações claras aos Concelhos de Administração destas Empresas Municipais para encetarem um verdadeiro processo negocial com os Sindicatos e que, assim, deixem de ignorar as dificuldades sentidas pelos seus trabalhadores.

É urgente valorizar quem de facto permite o funcionamento destas empresas e, assim, conseguir garantir, junto da cidade e da sua população, uma prestação de qualidade dos mais variados serviços públicos.

Sr. Presidente,

O STML não pode deixar de aqui relembrar determinadas questões que ainda não obtiveram a devida resposta política, clara e consentânea com os interesses e aspirações daqueles que também representamos, os trabalhadores da câmara municipal.

Entre as quais, a relacionada com a negociação de um novo ACEP, aguardando o STML por resposta à proposta já apresentada que, no essencial, visa consolidar e alargar a todos os trabalhadores direitos já implementados. Não temos dúvidas que num cenário de desfecho positivo, com a celebração de um novo ACEP, as condições de vida de todos aqueles que atualmente trabalham na CML irão melhorar, abrindo também portas mais atrativas aos que pretendam um dia vir reforçar os serviços públicos municipais. E todos sabemos como tal é imprescindível no futuro imediato.

Por outro lado, persistem determinados problemas que urge superar, como a afronta à liberdade sindical e limitações ao livre exercício do direito à greve. Matérias que esperamos debater na reunião já agendada para 8 de abril com o Presidente Carlos Moedas.

Mas, mais do que debater estes processos, esperamos consensualizar soluções com o Sr. Presidente, sabendo que todos os exemplos aqui importados, para além de uma avaliação meramente técnica, carecem, acima de tudo, de uma vontade e decisão política.

Muito obrigado.

Lisboa, 26 de março de 2025

Nuno Almeida

Presidente do STML